

A RESILIÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS: A RESILIÊNCIA FAMILIAR

2014

José Alexander Ribeiro Giffoni Filho

Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).
Salvador, BA, Brasil

E-mail de contato:
alex.gfilho@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca fazer um levantamento das ideias acerca do conceito de resiliência, buscando perceber, ao longo de seu desenvolvimento, as variações do mesmo até observar seus aspectos grupais e coletivos, objetivando identificar a construção do caráter familiar da resiliência. A pesquisa foi feita por meio de revisão bibliográfica com artigos científicos de, no máximo, quinze anos a contar de sua data de publicação. Durante o desenvolvimento da pesquisa percebeu-se a escassez de trabalhos sobre o tema, tanto em sua forma geral quanto em suas formas derivadas e buscou-se abranger o máximo de trabalhos possível, dentro dessa linha do tempo, no que concerne ao conceito e suas derivações, apreendendo suas conceituações em todas as suas nuances. Mas mesmo com a dificuldade em encontrar trabalhos sobre o tema foi possível observar as condições básicas para a resiliência, a inexistência de sua correlação com classe social ou inteligência e seu desenvolvimento ao longo da vida do indivíduo. Então, percebe-se a necessidade de mais trabalhos na área sobre o assunto.

Palavras-chave: Resiliência, resiliência familiar, famílias e resiliência.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de resiliência é um conceito relativamente recente e que causa divergências teóricas para vários autores, suscitando tanto discordância completa como parcial. A resiliência



provoca discussões e debates quando é pensada individualmente e gera questionamentos quando abordada em variados aspectos psicológicos, o que demonstra que não pode ser diferente quando visto enquanto coletividade familiar.

A resiliência vem sendo investigada na psicologia como área de interesse e pesquisa há aproximadamente 30 anos (Poletto e Koller, 2008; Rutter, 1981; 1985; 1993 apud Rooke, 2012). Dessa forma, existe um consenso na literatura que o conceito de resiliência está associado a duas condições básicas: uma situação adversa enfrentada, e uma resposta positiva diante do sofrimento, ainda que o sofrimento influencie negativamente sobre a saúde e o desenvolvimento do indivíduo. Além disso, a resiliência é entendida não somente como uma característica inata, mas, sobretudo, uma interação dinâmica entre as características individuais e a complexidade do contexto social, o que demonstra um caminho de investigação sobre a resiliência familiar, explicitando que o contexto social tem influência direta no surgimento da mesma (Rooke, 2012).

A resiliência familiar retrata o sucesso no enfrentamento de situações adversas pelos membros familiares, de acordo com Black e Lobo (2008 apud Rooke 2012), logo, isso implica que esse conceito está baseado na convicção de que todas as famílias têm pontos fortes e potenciais para o crescimento (Rooke, 2012). Podemos também afirmar que a resiliência familiar envolve mais do que a simples administração de situações de adversidades e sobrevivência, realçando a capacidade de utilizar esse construto para direcionar intervenções no campo da prevenção da saúde com o intuito de apoiar e fortalecer as famílias vulneráveis em crise (Walsh, 1996, 2002 apud Rooke, 2012).

O presente trabalho busca encontrar as nuances sobre o conceito de resiliência já estabelecidas na literatura e também as suas mudanças e desdobramentos, caso existam, até encontrar um aspecto coletivo do mesmo que leve à coletividade familiar. Essa compreensão é importante quando correlacionada à sua utilidade dentro da terapia familiar, para compreender quais características de uma família a ajudam ou a vulnerabilizam para o enfrentamento de adversidades, das mais rotineiras e comuns até as tragédias e dificuldades mais peculiares a cada grupo.

É importante se compreender a resiliência no contexto familiar, pois ela traz a possibilidade de fortalecimento de potencialidades e recursos das famílias para superação de crises e desafios futuros, podendo auxiliar no desenvolvimento de características da pessoa diante do contexto de risco ou situação adversa que auxiliem nesse processo (Rooke, 2012).

Dessa forma, aliando-se a essa compreensão, a terapia familiar pode estimular esse desenvolvimento de características que fortalecem tanto o indivíduo como a família como um todo a partir do momento que permite a ele se inserir em seu contexto familiar munido dessas características e alterando-o à medida que ele se modifica.

A terapia familiar parte do pressuposto de que um indivíduo que modifica suas atitudes e sua postura pode alterar inteiramente seu contexto familiar. Estendendo isso à resiliência familiar, pode-se inferir que um indivíduo, dotado de determinadas características positivas adquiridas em face à dor ou à adversidade, pode acabar por estimular ou criar mudanças em seu contexto familiar, fazendo com que seus familiares adotem ou obtenham posturas ou características semelhantes.

Então, surge o ponto de partida do trabalho, a pergunta-problema “Como o conceito de resiliência surgiu e se modificou ao longo do tempo até chegar à coletividade familiar?”. Essa pergunta tem o propósito de descrever possíveis desdobramentos do conceito de resiliência, identificando a existência ou inexistência de um aspecto coletivo do mesmo, levando em consideração a abordagem da terapia familiar sistêmica.

Uma vez que não é totalmente clara a caracterização do conceito de resiliência ao longo do tempo e enquanto coletividade, nem suas mudanças e diferentes caracterizações, este estudo permite construir novas reflexões e atualizações que podem contribuir para o debate a respeito do conceito em questão.

Além disso, este trabalho pode ser útil socialmente, por buscar identificar um novo aspecto do conceito de resiliência, que é passível de auxiliar na construção de conhecimento e discussões sobre diferentes modalidades de terapias centradas em questões de catástrofes e calamidades. Assim, o conceito de resiliência familiar seria de grande relevância na busca de resoluções para estes desafios sociais enfrentados coletivamente.

2. METODOLOGIA

Segundo Minayo (1999), o tema de uma pesquisa indica uma determinada área de interesse a ser investigada, sendo uma delimitação bastante ampla que, no presente trabalho, se determina como resiliência familiar. A partir disso, o problema surge como um aprofundamento do tema, através de estudos preliminares, individualizado e específico, segundo a mesma autora.

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de “material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 50), por meio de artigos encontrados em sites especializados em publicações do gênero, como Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde, e livros que abordem o tema para estruturar a pesquisa.

As palavras-chave utilizadas foram “resiliência”, “resiliência familiar”, “terapia familiar e resiliência”, “resiliência e famílias” e “psicologia e resiliência”. O espectro temporal contemplado foi de quinze anos, com artigos que tem, no máximo, esse mesmo tempo desde sua data de publicação até a data presente.



3. RESILIÊNCIA

A palavra resiliência geralmente é utilizada para se referir à superação de momentos ou situações difíceis e principalmente a capacidade do indivíduo de enfrentar essas situações e outras adversidades, bem como ser transformado por elas (Yunes, 2003; Pinheiro, 2004).

No Brasil, o uso do conceito de resiliência é recente. O dicionário Michaelis (1998), define a palavra resiliência como “ato de retorno de mola; elasticidade; ato de recuar (arma de fogo); coice; poder de recuperação; trabalho necessário para deformar um corpo até seu limite elástico” (p. 1826), não dando nenhum espaço à outra significação da palavra. No dicionário Houaiss (2008), já surge a definição no sentido figurado, como “capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, às mudanças” (p. 649).

Melillo (2005, p. 15) define a resiliência como sendo “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade”, postulando ainda que a maioria das definições de resiliência são variações dessa. O mesmo autor também afirma que a resiliência tem como papel desenvolver a capacidade humana de enfrentar, vencer e sair fortalecido de situações adversas, ficando transformado.

Melillo (2005) também afirma que um dos primeiros elementos que aparecem na literatura desses últimos anos é o acordo explícito entre os especialistas em resiliência, de que há duas gerações de pesquisadores. A primeira, dos anos 1970, procura identificar os fatores de risco e de resiliência que influem no desenvolvimento de crianças que se adaptam positivamente, apesar de viverem em condições de adversidade. Enquanto que a segunda, dos anos 1990, foca no estudo da dinâmica entre fatores que estão na base da adaptação resiliente (Melillo, 2005).

Para Yunes (2003 apud Pinheiro 2004), a resiliência é um fenômeno que procura explicar os processos de superação de adversidades, mas não se confunde com invulnerabilidade, pois não é uma resistência absoluta às adversidades. Para Flach (1991, apud Pinheiro, 2004) o uso do termo vem de 1966, visando descrever as forças psicológicas e biológicas exigidas para atravessar com sucesso as mudanças na vida, e sua ideia é que o indivíduo resiliente tem habilidade para reconhecer a dor, perceber seu sentido e tolerá-la até resolver os conflitos de forma construtiva para si mesmo.

Autores mais recentes da segunda geração de pesquisadores entendem resiliência como um “processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interatuam em uma relação recíproca, que permite à pessoa se adaptar, apesar da diversidade” (Melillo, 2005, p. 25). A maior parte dos pesquisadores dessa mesma geração simpatizam com o modelo ecológico-transacional de resiliência, com bases no modelo ecológico de Bronfenbrenner. Esse modelo parte do



pressuposto de que o indivíduo está inserido em uma ecologia determinada por diferentes níveis inter-atuantes entre si que contribuem para o desenvolvimento humano (Melillo, 2005).

Tavares (2001) apud Pinheiro (2004) definiu o conceito psicológico de resiliência como sendo a capacidade das pessoas, individualmente ou em grupo, resistirem a situações adversas sem perder o seu equilíbrio inicial. Alguns teóricos reconhecem a resiliência como um fenômeno comum ao desenvolvimento de todo ser humano (Masten, 2001 apud Yunes, 2003), enquanto outros aconselham cautela ao uso “naturalizado” do termo (Martineau, 1999; Yunes, 2001 apud Yunes, 2003).

Os precursores do conceito de resiliência são os termos “invulnerabilidade” e “invencibilidade” (Yunes, 2003). Contudo, Ralha-Simões (2001 apud Pinheiro 2004), destaca que:

(...) não se trata de uma espécie de escudo protetor que alguns indivíduos possuiriam, explicitando que essa ideia não condiz com os conceitos precursores supracitados, mas sim uma possibilidade de flexibilidade interna que os permite interagir com êxito, modificando-se de forma produtiva e adaptativa, em face ao mundo exterior e suas adversidades. (p. 70).

Resiliência e invulnerabilidade não são termos equivalentes, segundo Zimmerman e Arunkumar (1994, apud Yunes 2003). De acordo com eles, resiliência é uma habilidade de superar as adversidades que não implica no indivíduo sair ileso da crise pela qual passou. Ainda assim, essa ideia mais inicial de resiliência enquanto invulnerabilidade, apesar da discordância de vários autores, é que sustentou e ainda orienta a produção científica da área.

Outros teóricos acreditam que flexibilidade e versatilidade são características do indivíduo resiliente, enquanto outros vêem a resiliência como traço de personalidade, chegando até a questionarem-se se a resiliência seria uma característica inata ou se surgiria da interação com o ambiente (Flach, 1991; Garmezy, 1985; Wolin, 1993 apud Pinheiro, 2004).

Um resumo dos conceitos de resiliência foi feito por Kotliarenco (1997 apud Melillo, 2005), em que se pode sintetizar que as diferentes definições enfatizam determinadas características do sujeito resiliente, tais quais “habilidade, adaptabilidade, baixa suscetibilidade, enfrentamento efetivo, capacidade, resistência à destruição, condutas vitais positivas, temperamento especial e habilidades cognitivas”, sendo que todas são desenvolvidas durante situações adversas e estressantes da vida, e que permitem ao indivíduo atravessá-las e superá-las (p. 61).

Um ponto em comum entre as diferentes descrições é que o processo psicológico da resiliência se desenvolve ao longo da vida, principalmente levando em conta os fatores de risco

(eventos estressantes, ameaças e etc.) comparados com os fatores de proteção (forças, competências e etc.), que definirão para qual lado o sujeito se inclina mais: se o da vulnerabilidade ou da resiliência (Trombeta e Guzzo, 2002 apud Pinheiro, 2004).

Um aspecto apontado por Melillo (2005) é que:

(...)a resiliência se produz em função de processos sociais e intrapsíquicos. Não se nasce resiliente, nem se adquire a resiliência “naturalmente” no desenvolvimento: depende de certas qualidades do processo interativo do sujeito com outros seres humanos, responsável pela construção do sistema psíquico humano (p. 61).

Outra observação muito importante realizada por Melillo (2005) é a de que “todos os sujeitos que se tornaram resilientes tinham pelo menos uma pessoa (familiar ou não) que os aceitara de forma incondicional, independentemente de seu temperamento, aspecto físico ou inteligência” (p. 62). Dessa forma, a existência ou inexistência de resiliência em um indivíduo dependerá da interação dele com seu entorno humano (Melillo, 2005).

Assim, nota-se como o surgimento da resiliência é resultado, também, de uma interação, da relação do sujeito com seu entorno humano (Melillo, 2005). Sem essa relação a criança não conseguiria sua condição de ser humano, em primeiro lugar, como relatado por MacLean (1977, apud Melillo, 2005):

MacLean (1977) relatou o caso de duas crianças que, em 1922, numa aldeia bengali, foram resgatadas de uma família de lobos que as tinha criado, longe de todo contato humano. A maior tinha 8 anos e a menor, 5; esta logo faleceu e a maior viveu dez anos junto com outros órfãos. As crianças não andavam sobre os dois pés e, sim, de quatro, rapidamente. Tinham hábitos noturnos, rechaçavam o contato humano e preferiam estar com os cachorros ou com os lobos. Não falavam nem mostravam expressões nos rostos. Eram sadias e sua separação dos lobos lhes produziu uma profunda depressão, inclusive a morte da menor. A família que cuidou da sobrevivente nunca a sentiu verdadeiramente humana, mesmo que tenha aprendido a caminhar como humano e a falar algumas palavras. Viveu somente dez anos mais. A conclusão é que careceram do contato humano inicial para serem verdadeiramente humanas em suas condutas, que, por outro lado, seriam normais se elas fossem pequenas lobas (p. 66, nota de rodapé).

Isso explicita como o contato humano é primordial para o desenvolvimento, o que permite uma compreensão maior de que não poderia deixar de ser semelhante no que diz respeito a uma característica tão singular e formidável dos seres humanos como a resiliência, em que o ser

necessita do contato com determinada figura de referência para que isso o impulse ao desenvolvimento.

Alguns atributos importantes considerados os “pilares da resiliência”, identificados nos sujeitos resilientes e que também serão discutidos posteriormente no que diz respeito à resiliência comunitária, são apresentados por Suárez Ojeda (1997, apud Melillo, 2005, pag. 62 e 63). Entre eles estão:

- a) Introspecção: arte de se perguntar e se dar uma resposta honesta.
- b) Independência: saber fixar limites entre si mesmo e o meio com problemas; capacidade de manter distância emocional e física, sem cair no isolamento.
- c) Capacidade de se relacionar: habilidade para estabelecer laços e intimidade com outras pessoas (...).
- d) Iniciativa: gosto de se exigir e se por à prova em tarefas progressivamente mais exigentes.
- e) Humor: encontrar o cômico na própria tragédia.
- f) Criatividade: capacidade de criar ordem, beleza e finalidade, a partir do caos e da desordem.
- g) Moralidade: consequência para estender o desejo pessoal de bem-estar a toda a humanidade e capacidade de se comprometer com valores (...).
- h) Auto-estima consistente: base dos demais pilares e fruto do cuidado afetivo consequente da criança ou adolescente por parte de um adulto importante.

Tais atributos são adquiridos ao longo do desenvolvimento, dessa forma Melillo (2005) destaca a relação entre resiliência e desenvolvimento humano, afirmando a importância de realizar uma contextualização da mesma de acordo com as etapas desse processo para ter um guia a respeito do procedimento da resiliência em cada etapa desse processo.

As primeiras pesquisas em resiliência trataram principalmente de identificar os fatores e as características das crianças que viviam em condições adversas e eram capazes de superá-las e de aprender com elas, diferenciando-as de outras crianças que viviam em situações semelhantes, mas que não conseguiam vencer ou enfrenta-las de forma positiva. Identificou-se o papel do desenvolvimento humano e dos fatores de gênero na capacidade de ser resiliente. Meninas tendem a ter mais força interna e facilidade de relações interpessoais e meninos tendem a ser

mais pragmáticos, apesar de ambos terem a mesma frequência de condutas resilientes (Melillo, 2005).

A resiliência não se correlaciona com o nível socioeconômico, como mostra Melillo (2005), ao realizar um estudo no ano de 1999 em 27 lugares de 22 países diferentes, que demonstrou não existir relação determinante entre estes dois fatores. Melillo (2005, p. 18) afirma que “a pobreza é uma condição inaceitável, mas não impede o desenvolvimento da resiliência”. George Vsillant e Timothy Davis (2000, apud Melillo, 2005) apresentaram evidências longitudinais de que não há nenhuma relação entre inteligência e resiliência ou de classe social e resiliência.

Percebe-se uma consonância em determinados momentos, em que a maioria dos autores entende que a resiliência não é uma invulnerabilidade ou resistência absoluta a uma adversidade, e também que o indivíduo, mesmo sendo resiliente, não sai dessa mesma adversidade completamente ileso. Além disso, é importante ressaltar a inexistência de correlação observada entre resiliência e inteligência, bem como da resiliência e classes socioeconômicas. Essas observações apontam um aspecto muito relevante ao demonstrar que o conceito não pode ser enxergado ou utilizado como algum tipo de mecanismo de segregação, em que pessoas de classes mais desfavorecidas possuiriam, por viverem em situações que implicam adversidades e dificuldades, ou que, inversamente, pessoas de classes mais privilegiadas economicamente a teriam devido ao seu acesso facilitado à educação de maior qualidade.

4. A TERAPIA FAMILIAR

A Terapia Familiar Sistêmica surge como uma mudança de paradigma nas ciências naturais e sociais à medida que se percebe como os fenômenos são contextualizados, ou seja, estão organizados em sistemas em constante movimento e inter-relacionados, de tal modo que qualquer alteração em um sistema provoca alterações nos demais, rompendo com a ideia de um mundo objetivo a ser comodamente observado pelo cientista de forma neutra e imparcial. Dessa forma, o terapeuta deve compreender a família como um sistema e se unir a ela, formando um sistema terapêutico, em que ele participa e atua como um observador comprometido, a partir de suas próprias convicções (Piszezman, 2006).

A queixa é enxergada e abordada, então, como o sintoma de alguma disfunção do sistema familiar, sendo transformado em um problema para a família, com base na concepção de que as doenças mentais são o produto de uma relação insatisfatória entre os membros da família (Piszezman, 2006).



Mudando a posição dos membros da família nesse sistema, o terapeuta modifica as exigências subjetivas de cada um, pois as mudanças em uma estrutura familiar contribuem para uma mudança no comportamento e nos processos psíquicos internos dos integrantes do sistema. (Piszezman, 2006). Esse é o aspecto que justifica a atuação do terapeuta na promoção da resiliência, em que ele buscará realçar as características dos indivíduos para que isso atue dentro do sistema familiar, levando em consideração os pilares da resiliência descritos anteriormente, ele poderá perceber e criar estratégias facilitadoras de sua ocorrência, tanto na perspectiva da família quanto de grupos de indivíduos.

Nessa perspectiva, a função do terapeuta é ajudar o paciente e a família, facilitando a transformação do sistema familiar unindo-se a ela em uma posição de liderança, descobrindo e avaliando a estrutura familiar subjacente e criando circunstâncias que permitirão a transformação dessa estrutura. O resultado é uma família transformada de forma significativa para todos os membros, principalmente o paciente identificado, que é liberado de sua posição desviante (Piszezman, 2006).

Isso pode ser utilizado como uma estratégia para o desenvolvimento da resiliência em diversos contextos, seja para um paciente atendido individualmente, dentro de seu contexto de vida, ou um caso de terapia familiar ou de casal, realçando as características necessárias para esse desenvolvimento.

5. RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA E RESILIÊNCIA FAMILIAR

Outro aspecto é a resiliência comunitária, que se origina do fato de que a maior utilidade do conceito advém dos países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, que têm as zonas mais pobres e dominadas pela miséria. Alguns pensadores chegaram a elaborar uma teoria latino-americana da resiliência, com enfoques mais adequados a essa realidade social. Além disso, inúmeras instituições incorporam o conceito de resiliência, tanto implícita quanto explicitamente, principalmente na área da saúde e educação (Melillo, 2005).

A partir disso, identificam-se os “pilares da resiliência comunitária”, que consistem em “auto-estima coletiva” (um sentimento de orgulho pelo lugar em que se vive), “identidade cultural” (persistência do ser social em sua unidade e identidade nas mudanças e circunstâncias diversas), “humor social” (capacidade dos grupos de encontrar o humor na própria tragédia) e “honestidade estatal” (manejo decente e transparente da “coisa pública). Essas características sociais não são as únicas que favorecem a resiliência comunitária, mas são as mais significativas (Melillo, 2005).



Há também as características, ou condições, que reduzem a resiliência comunitária ou inibem a capacidade solidária de reação diante da adversidade coletiva, que são descritas como “malinchismo”, que seria uma admiração obcecada por tudo que é estrangeiro, que se opõe aos valores de auto-estima coletiva e identidade cultural; “fatalismo”, entendido como passividade em face às adversidades; “autoritarismo”, como inibidor da capacidade de lideranças espontâneas para lidar com as crises coletivas, e a “corrupção”, subentendida como o interesse privado dos funcionários públicos que se sobrepõe ao interesse público, mesmo na prática cotidiana em pequena escala (Melillo, 2005).

Da mesma forma que os pilares que favorecem a resiliência comunitária, a lista de fatores e condições que tem o efeito contrário também poderia ser maior, mas foram observados os aspectos mais recorrentes e que têm maior transcendência no que diz respeito ao desfavorecimento da resiliência comunitária (Melillo, 2005).

Perceberemos a seguir que há características semelhantes no que diz respeito à construção do conceito de resiliência familiar, em que as mesmas reforçam ou facilitam a existência do comportamento resiliente em famílias. Logo, tendo em vista que o desenvolvimento do conceito de resiliência é recente, pode-se afirmar que essa construção da resiliência familiar é tão recente quanto, senão mais. Dos estudos baseados no indivíduo, poucos consideram o aspecto familiar na construção do conceito (Yunes, 2003).

Um dos primeiros trabalhos deste tipo foi realizado por McCubbin e McCubbin (1988, apud Yunes, 2003) e era a “tipologia de famílias resilientes”, que partia da definição de que famílias resilientes são as que resistem aos problemas decorrentes de mudanças e adaptam-se às situações de crise. Os autores buscaram identificar características das famílias que as ajudassem a lidar com situações adversas, desde tragédias até simples transições naturais no ciclo de vida. Chegaram, então, a quatro tipos de famílias como resultados: as vulneráveis, as seguras, as duráveis e as regenerativas, de acordo com a forma com que lidavam e estruturavam as situações difíceis ou tragédias pelas quais passavam, levando em conta também as relações entre os membros. Isso foi útil a partir do momento que se estudou a resiliência em famílias, mas também teve aspectos negativos ao contribuir com os “rótulos”, como os mencionados anteriormente (Yunes, 2003).

Retomando o conceito de resiliência da física, em que um material sofre uma força e retorna ao seu estado original sem se alterar, as ciências sociais utilizam-se dessa metáfora para observar fenômenos que ocorrem com pessoas que desenvolvem condutas melhores e com maior qualidade de vida ao enfrentarem situações de adversidade (Melillo, 2005).

As observações, tanto de pessoas como grupos que enfrentam adversidades e saem positivamente das mesmas contradizem totalmente os paradigmas atuais, em que a família é sempre enxergada pelos seus problemas, assim como o indivíduo é enxergado pelo seu sintoma



ao entrar no consultório médico. O conceito de resiliência propõe justamente o oposto, que se deve focalizar e enfatizar os recursos das pessoas e grupos sociais para continuar prosseguindo (Melillo, 2005).

De acordo com Walsh (1998, apud Yunes, 2003), a maioria das pesquisas e teorias sobre resiliência tem abordado o contexto relacional de maneira limitada pois, ao observar famílias geralmente procuram-se conflitos e desajustes. Focalizar, compreender e fortalecer os aspectos saudáveis e de sucesso do grupo familiar significa estudar processos e percepções de elementos das experiências de vida, compreendidos na ótica sistêmica (Yunes, 2003).

Sem deixar de considerar as vulnerabilidades das pessoas e suas relações, também para que não se caia em uma rotulação, os estudiosos das resiliências familiares definiram condições que as reforçam, como crenças, atitudes e aptidões. Mas pelo fato de a ideia não ser a de definir indivíduos ou famílias resilientes, como uma “essência” que alguns possuem e outros não, busca-se reforçar as qualidades potencialmente presentes nos indivíduos sociais (Melillo, 2005).

Para Walsh (1996, apud Yunes, 2003), o foco da resiliência em família deve ser o de identificar e programar os processos-chave que possibilitam que famílias lidem mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente e saiam delas fortalecidas, independente se a fonte de estresse é interna ou externa à família.

Entre as mais importantes características facilitadoras da resiliência, observadas por Walsh (apud Melillo, 2005, p. 81) estão: reconhecer os problemas e limitações a enfrentar, comunicá-los abertamente e claramente, registrar recursos pessoais e coletivos existentes e organizar e reorganizar estratégias. Ele ainda observa que nas relações é necessário que se sustentem “atitudes demonstrativas de apoio emocionais”, “conversações em busca de acordos” (sobre prêmios e castigos) e “conversações em que se construam significados compartilhados sobre os acontecimentos prejudiciais” (p. 81).

A maioria dos profissionais de saúde mental teve uma formação baseada no paradigma dos modelos de enfermidades, o que explicita uma necessidade de questionamento sobre as formações em saúde com intuito de ampliar esta perspectiva restritiva. Assim, se tornará possível parar de enxergar somente o problema e se buscará destacar também os recursos de quem viveu e superou determinado sofrimento (Melillo, 2005).

Dessa forma, deve-se observar que é possível reconhecer e impulsionar as competências individuais e familiares, principalmente com os recursos sociais, se os profissionais de saúde mental, por exemplo, dentro de sua prática, ampliarem os enfoques terapêuticos para enfoques psicossociais (Melillo, 2005).

Hawley e DeHann (1996, apud Yunes, 2003) definem a resiliência familiar como a trajetória da família no sentido de sua adaptação e prosperidade diante de situações de estresse,



tanto no presente como ao longo do tempo. Isso explicita uma característica duradoura, demonstrando mais uma consonância com outras definições, principalmente nas definições em que o foco é o indivíduo (Yunes, 2003).

Assim, o nível de análise é que deve ser diferente, deixando de ser considerado como uma característica individual que sofre a influência da família, para ser considerado como uma qualidade sistêmica de determinadas configurações familiares (Yunes, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resiliência é um assunto muito recente na literatura científica e durante esta pesquisa observou-se uma escassez de trabalhos e artigos científicos sobre o tema na área da psicologia. Foi mais fácil encontrar trabalhos de outras áreas que abordem o tema, como enfermagem e assistência social, considerando a resiliência a partir de uma perspectiva mais útil para cada área em si, do que da psicologia. Ainda assim, ficam evidentes as múltiplas variações do conceito na literatura científica (resiliência familiar e resiliência comunitária) à medida que se analisa os poucos trabalhos que existem sobre o assunto na língua portuguesa.

Objetivou-se um levantamento sobre o conceito ao longo do tempo e também discernir seus variados significados atribuídos por diferentes autores e áreas. A partir disso, notou-se o termo ter sido importado da física, em que um material resiliente é um material que pode sofrer determinada força retornando ao seu estado original sem se deformar, e também o aspecto metafórico, enquanto capacidade de atravessar uma adversidade e ser transformado por ela, do termo nas outras áreas, principalmente a psicologia, que vem adotando o conceito como área de interesse e pesquisa há 30 anos aproximadamente (Poletto e Koller, 2008; Rutter, 1981; 1985; 1993 apud Rooke, 2012).

Percebeu-se o consenso na literatura de que são necessárias duas condições básicas às quais o conceito está associado: uma situação adversa a ser enfrentada pelo indivíduo e uma resposta positiva de sua parte diante do sofrimento (Rooke, 2012). Além disso, um dos pontos em comum nas diferentes conceituações é que o processo psicológico da resiliência se desenvolve ao longo da vida do sujeito, esclarecendo-o como uma característica humana que pode ser desenvolvida e depende ainda do seu entorno humano, tendo em vista que todos os sujeitos que se tornaram resilientes tinham uma pessoa em sua vida que os aceitaram de forma incondicional, independente de seu aspecto físico, temperamento ou inteligência (Melillo, 2005). Isso pode surgir como estratégia terapêutica quando se observar uma pessoa significativa na vida do sujeito e utilizar a relação de ambos para impulsionar seu desenvolvimento e facilitar o enfrentamento ou a superação de adversidades.



Um aspecto importante destacado durante a pesquisa foi o de não haver correlação entre nível socioeconômico e resiliência (Melillo, 2005) e nem de inteligência e resiliência ou classe social e resiliência (Vsillant e Davis, 2000 apud Melillo, 2005). Isso exclui uma possibilidade de utilização do conceito de resiliência como mecanismo de exclusão de qualquer natureza, pois evita rotulações, como as ocorridas com as tentativas de categorizar famílias resilientes citadas anteriormente, e melhora a utilidade do conceito ao permitir enxergá-lo como uma característica humana que pode ser desenvolvida independentemente desses fatores.

Após isso, percebeu-se a existência da resiliência comunitária, em que o conceito de resiliência encontra utilidade nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, e identificou-se os “pilares da resiliência comunitária” (Melillo, 2005). Um aspecto interessante, mas ainda muito modesto na literatura que explicita a possibilidade de pesquisa do conceito em outros âmbitos da sociedade e abre um leque de caminhos diferentes para o mesmo, demonstrando ainda mais como muitos de seus aspectos são inexplorados.

Então, expandido para a resiliência familiar, percebeu-se como ela tem sido muito abordada de maneira limitada devido ao fato de que, ao observar famílias, sempre se procuram conflitos e desajustes, sem levar em conta o aspecto relacional da mesma (Walsh, 1998 apud Yunes, 2003). Isso sempre dificultou o enfoque da resiliência em famílias por não se considerar os elementos das experiências de vida, compreendidos através de uma ótica sistêmica. (Yunes, 2003).

Dessa forma, o trabalho demonstra também características facilitadoras da resiliência familiar e observa a necessidade de reforçar qualidades potencialmente presentes nos sujeitos para que ela se desenvolva em seu contexto familiar a partir de seu próprio desenvolvimento (Melillo, 2005), o que permite uma possibilidade de trabalho muito grande em terapia quando se percebe a abertura e utilidade do conceito em contextos familiares que demandam superação e realce de qualidades para auxiliar nesse processo.

Finalizando, observa-se que o foco da resiliência em família deve ser o de justamente identificar e programar os processos-chave que possibilitam às famílias lidarem mais eficientemente com situações de crise e se fortaleçam a partir delas (Walsh, 1996 apud Yunes, 2003).

Assim, percebemos a utilidade da pesquisa sobre o tema pela escassez de trabalhos na área, tanto em sua forma familiar ou grupal como em sua aplicação no indivíduo, seja ele criança, adolescente ou adulto.

Esses elementos dentro de uma terapia que utilize sua resiliência potencial como estratégia terapêutica, principalmente no contexto da terapia familiar sistêmica, permitirão uma construção de novas linhas de pensamento (Yunes, 2003) e estruturação de uma compreensão mais clara dentro da academia, na formação dos psicólogos, tanto os novos obtendo uma formação quanto



os já formados buscando expandir o seu conhecimento, para englobar o conceito e sua possível aplicação prática em terapia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MELILLO, Aldo. OJEDA, Élbio Néstor Suárez. **Resiliência: Descobrindo as próprias fortalezas**. São Paulo: Artmed, 2005. 160 p.

MICHAELIS: **moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

NORONHA, Maria Glícia Rocha da Costa e Silva et al . **Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família?**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Abr. 2009.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. **A resiliência em discussão**. Psicol. estud., Maringá , v. 9, n. 1, Abr, 2004.

PISZEZMAN, Maria Luiza R. Meijome. **Famílias e estrutura: a abordagem estrutural e a terapia de família**. In: CERVENY, Ceneide Maria Oliveira. Famílias e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 149-196.

ROOKE, Mayse Itagiba. PEREIRA-SILVA, Nara Liana. **Resiliência familiar e desenvolvimento humano: Análise da produção científica**. Psicologia em pesquisa. Minas Gerais, v.6, p.179-186, Julho-Dezembro 2012.

YUNES, Maria Angela Mattar. **Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família**. Psicol. estud., Maringá , v. 8, n. esp, 2003.

